

EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E INCLUSÃO: PERSPECTIVAS DOS DOCENTES QUE LECIONAM PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Jusiany Pereira da Cunha dos Santos

Doutora em Educação em Ciências e Matemática – PPGECEM da REAMEC - Polo UEA. Mestre em Educação pelo PPGE – UNIR/RO. Professora Adjunta do Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Docente Colaboradora e Orientadora do PPGECH. Humaitá, AM – Brasil.

RESUMO

A inclusão das pessoas com deficiência tornou-se um desafio para as escolas, e embora já seja reconhecida legalmente percebe-se que está sendo cumprida lentamente. Na antiguidade o deficiente era excluído da sociedade sem direito a educação e muito menos a vida. Por isso os objetivos dessa pesquisa são: verificar de que forma está sendo realizada a inclusão de alunos com deficiência nas Escolas de Ensino Fundamental I de Humaitá-AM; Identificar as formações que os docentes participaram para acolher aos alunos com deficiência. A pesquisa é de abordagem qualitativa, baseados nos estudos de Marconi e Lakatos (2002). Os instrumentos de coletas de dados foram: pesquisa bibliográfica, a elaboração de uma entrevista com questões abertas destinadas aos professores, tendo como objetivo analisar o uso de técnicas didáticas no processo de ensino de matemática. Diante das informações contidas nesse estudo pode-se concluir que é importante mencionar que podem ser considerados como sendo atividades sociais privilegiadas de interação específica por permitir a interação, construção do conhecimento da realidade vivenciado pelas crianças. Foram relatadas pelos entrevistados diversas dificuldades em termos pedagógicos e metodológicos, o que sugere a necessidade de ampliar a reflexão sobre a educação matemática e inclusão nas séries iniciais do ensino fundamental.

Palavras-chave: Educação Matemática e Inclusão. Professores. Ensino Fundamental.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão dos alunos com Deficiência ou Transtornos de Aprendizagem nas escolas do ensino fundamental vem sendo bastante divulgadas pelas políticas públicas do Ministério da Educação, igualmente da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), através de seminários, congressos, como temas pedagógicos e nas formações continuadas. É um assunto complexo que precisa ser levado a sério pelos órgãos competentes, envolvendo as escolas, educadores e gestores, de forma que possam garantir o acesso e a permanência com qualidade a todas as crianças de 6 a 10 anos no Fundamental I e 11 a 14 anos no fundamental II.

Os estudos que permeiam esta pesquisa foram baseados em teóricos como: Garcia (2013), Mantoan (2006), Demo (2000), nos documentos oficiais: Constituição da República Federativa do Brasil (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB/9394 (1996), com relação a educação infantil no Brasil MEC/SEF/COEDI (1998), Política nacional de educação infantil (2006), Plano Nacional de Educação – PNE (2014), Lei



13.146/2015 também conhecida como Lei da Inclusão e a partir destas políticas aparecem especializações e cursos de formação continuada para os profissionais da educação que atuam com os alunos deficientes.

A escolha em pesquisar sobre a educação matemática e inclusão de alunos com deficiência nas escolas de ensino fundamental nas séries iniciais aconteceu por esperarmos que nos primeiros anos escolares a criança aprende a conviver com a diversidade, interagindo com outras crianças e longe de sua família. Por acreditar que elas são capazes de reagir e interagir de forma positiva no ambiente escolar, desde que sejam desafiadas e assistidas por profissionais capacitados que possam contribuir com elas, oferecendo um atendimento planejado e de acordo com o seu desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social (Santos, 2014).

Há possibilidades de haver alguma resistência da parte de alguns profissionais da Educação Infantil quando estes recebem alunos com alguma deficiência ou transtorno de aprendizagem, semelhantemente pode ser que tenham receio por parte dos professores, gerar até mesmo algum desconforto, pelo fato de não se sentirem preparados para lidar com situações diferentes no cotidiano (Santos, 2022).

No entanto, essas questões são inquietantes, pois devemos considerar o direito dessas crianças de serem incluídas nas escolas de ensino fundamental, e também que os professores ao ministrarem atividades matemáticas levem em consideração as habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Quando o professor busca compreender a aprendizagem do aluno ele tem a possibilidade de reconstruir o processo de ensinar, por olhar melhor seu aluno. Ao conhecer sua mudança física, seu comportamento emocional e seu meio social, terá condições de ajudá-lo a desenvolver-se, o inserindo em contínuos processos de inclusão social, transformando para seu bem estar o ambiente onde está incluso.

Renovar a profissão do professor, isto é, investir na sua aprendizagem enquanto ensina é fundamental. Isso não é apenas para os professores da Educação Infantil, vale para professores de todos os níveis de ensino e precisa ser contínuo esse investimento. A Instituição de Educação Infantil não é um ambiente de aprendizagem e de brincadeiras só do aluno, ou pelo menos não deveria ser.

É preciso que a escola seja um laboratório, onde os saberes são construídos juntos, por toda a comunidade escolar, independentemente da posição que ocupam. E que os produtos do mesmo, não fiquem ocultas mais sejam divulgados. A esse respeito, Demo (2000, p.49) diz que:

Muitas vezes, encontramos a crença de que o professor, uma vez formado é competente. Temos aí a visão moderna de formação como trajetória linear acabada. Na verdade, a ideia mais correta de aprendizagem é aquela coerente com sua própria lógica, ou seja, aquela que se aprende sempre já que sua inteligência não está estocagem reprodutiva, mas na construção constante. Aprender não pode aludir, nunca, a uma tarefa completa, a um procedimento acabado ou a uma pretensão totalmente realizada; ao contrário, indica vivamente a dinâmica da realidade complexa, a finitude das soluções e a incompletude do conhecimento.”



É necessário que os professores que atuam nas séries iniciais, e, especialmente aqueles que lecionam na disciplina de matemática têm em sua sala alunos com necessidades específicas, participem de formação continuada, ou façam uma especialização em educação especial, para oferecer um acompanhamento específico e que possa compreender a criança dentro de seus limites e possibilidades, ao mesmo tempo em que sejam capazes de dimensionar as adaptações e ajustes metodológicos para que todos desenvolvam seus potenciais. Para que tenham conhecimentos sobre as diferentes estratégias a serem utilizadas durante uma atividade de aula.

É normal que o professor sinta-se inseguro diante do novo que o projeto da inclusão traz, pois é uma situação para a qual precisam se preparar. Por isso alguns professores sentem a necessidade de se especializarem para que possa atender melhor o aluno que tem alguma limitação, e até poder desprender-se dos preconceitos que lhe foram impregnados pela cultura com relação a deficiência, seus estereótipos tão distorcidos e contaminados pelos quadros da doença mental.

Os professores da instituição escolar devem ter o acompanhamento da supervisora pedagógica que está sempre atenta às atividades e aos planejamentos diários dos professores. Mantoan (2006) afirma que todos devem ser envolvidos para que todas as crianças tenham condições de aprender, segundo suas próprias capacidades, sem discriminações e adaptações. Para considerar quais são os alunos com alguma deficiência nos embasamos na Lei Brasileira de Inclusão – LBI. Lei ° 13145/2015 que estabelece no artigo 2°:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Dessa forma foram incluídos os Surdos pelo impedimento sensorial, as pessoas com Altas Habilidades e deficiências: Múltiplas, Intelectual, Visual, TEA ou Autismo.

Ao considerarmos que todos tem direito a educação, devemos levar em conta que um bom programa de educação infantil compreende o período do nascimento aos cinco anos, dessa forma, contribui com o desenvolvimento das possibilidades das crianças, ajuda a desenvolver a autonomia, a linguagem, o desenvolvimento motor e a conviver com outras crianças no período em que fica na instituição, o professor e demais funcionários necessitam estar empenhados com o ensino de todos seus alunos de acordo com as necessidades de cada um.

De acordo com Lima (2005) a inserção dessas crianças requer várias transformações atitudinais e teórico-metodológicas do corpo docente das escolas, fato que passa despercebido nos discursos de vários teóricos da educação, desconhecendo a grande revolução que isso representa na educação brasileira. Sendo assim, não temos uma barreira arquitetônica, mas precisamos constantemente de capacitações, e assim somos cobrados todos os dias, precisamos da inclusão de todos, até de nós mesmos.



O professor de matemática deve considerar a interação entre todas as crianças, observando as peculiaridades, em situações diferentes, analisando os conhecimentos prévios que elas possuem, buscando desenvolver de forma integrada o conhecimento de mundo, as várias formas de linguagem, matemática, a música, a arte, o desenvolvimento motor, emocional, social e cognitivo das crianças.

Como já mencionado, é indiscutível a formação e capacitação dos professores para atuar nas escolas, e com alunos que tem deficiência ou transtornos, não há como ignorar a inclusão, é necessário está preparado buscando oferecer uma educação de qualidade voltada para o bem estar. Na Declaração de Salamanca (1994) em seu artigo 38 diz que:

Preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave no sentido de estabelecimento de escolas inclusivas. As seguintes ações poderiam ser tomadas. Além disso, a importância do recrutamento de professores que possam servir como modelo para crianças com deficiências torna-se cada vez mais reconhecida (p.10).

A educação matemática carece de profissionais preparados para atender as crianças tanto na parte pedagógica, quanto em outras necessidades. O professor precisa ter atitudes positivas, para que desperte nas crianças típicas ou atípicas, autoconfiança, interesse pelas atividades e possa compreender as crianças em suas particularidades.

É importante que os professores estejam sempre participando de formações continuadas, voltadas para a educação inclusiva, pois irão contribuir com um melhor desempenho de todos. O professor deverá estar atento às crianças, pois as mesmas poderão manifestar insegurança, medo e agressividade, isso quando por sentirem incompreendidas. Por isso o professor precisa ser bem preparado para que possa compreender o momento que a criança apresenta determinado comportamento e até mesmo nas atividades desenvolvidas em sala de aula.

Nos anos de 1990 aconteceram diversos movimentos em benefício das pessoas com deficiência, sendo que ficaram muito marcadas as situações sobre inclusão dos alunos com alguma necessidade educacional especial nas escolas regulares de ensino e ainda como seriam as formações dos docentes para atuarem com essa clientela, como se observa no documento da Declaração de Salamanca (1994):

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidos ou marginalizados (UNESCO, 1994, p. 17 - 18).

Nesse sentido, para que a inclusão das pessoas com deficiência no âmbito escolar ocorresse, foram elaborados documentos e diretrizes, a Declaração de Salamanca (1994) tornou-se um referencial sobre a inserção destes alunos na rede regular de ensino, foi por meio deste documento que os representantes do



Brasil, ao assinarem-na, se comprometeram com a situação das crianças deficientes e marginalizadas que estavam fora das escolas.

As crianças com necessidades específicas precisam ter uma educação voltada para suas singularidades, mais apoio dos educadores, com um currículo adaptado as peculiaridades educativas desses alunos, permitindo assim que tenham um rendimento ainda maior.

Quanto ao currículo, deve ser aplicado de forma que contemple todas as crianças, quer tenham elas alguma deficiência ou não. Para isso é necessário que os educadores estejam de fato capacitados, busquem apoio dos colegas da coordenação, participem de formações continuadas, buscando desenvolver o currículo pensando nas necessidades dos seus alunos.

Além disso, a inclusão escolar conta com programas e aplicativos e de várias maneiras a escola regular precisa se adequar para atender a todos, independentemente de ter deficiência ou não. Com isso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/ 1996), determina:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

Dessa forma, fica claro que não deve haver apenas um compromisso baseado em políticas públicas, ou documentos legais perante as pessoas com deficiência, de forma a garantir a efetivação da inclusão social através de recursos e atendimento de boa qualidade educacional. A educação inclusiva é um processo em pleno desenvolvimento, sujeitando de reflexões e especialmente ações concretas para alcançar a práticas eficientes. De acordo com Mitler (2003, p. 25):

[...] a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

A concepção de educação especial e inclusão de pessoas com deficiências sofreu, ao longo dos tempos, mudanças significativas e transformadoras no que se refere à uma educação inclusiva para todos. É de fundamental importância ao futuro professor compreender as peculiaridades desse processo,



considerando os diferentes tipos de apoio, além dos inúmeros desafios a serem enfrentados, pois a escola pouco atende a diversidade.

É a inclusão que inicia na Educação Infantil que pode melhorar e garantir um processo de escolarização de êxito para o aluno especial, pelo conhecimento e inserção na cultura que faz desde cedo. Encontramos na família o primeiro modelo de relacionamento apresentado à criança, dela sai o aluno, que será o cidadão. É na família que nasce a oportunidade de experimentar pela primeira vez a observação do crescimento físico e conseqüentemente emocional e social da criança, na interação que experiênciamos com o espaço do lar, da família, das relações parentais.

Para a criança do ensino fundamental essa presença dos familiares, permite que eles se sintam mais seguros quando percebem a presença de alguém com a qual ele possui um laço maior de afetividade não importa qual seja sua deficiência, o importante é que o ambiente familiar lhe ofereça o carinho que ela precisa para se sentir amada e protegida.

Os pais precisam entender que em cada fase da vida, é necessário um tipo de assistência, e as crianças com necessidades especiais merecem um cuidado maior por parte dos pais. Se a criança for assistida desde o nascimento e em cada fase pela qual ela deve passar, certamente estará pronta para lidar com as diferentes situações futuras. Para Weinberg:

A família, primeiro agente socializante, com sua hierarquia e atribuição de papéis, é importante para compreensão do mundo, pois ela permite a vivência dos primeiros conflitos, frustrações, expectativas. Essas vivências e esse tipo de organização primária podem vir a ser muito significativos e, simbolicamente, alavancados nas primeiras frustrações enfrentadas pelos jovens, sejam eles no âmbito escolar, social e afetivo (2002, p.144).

Portanto, a família é responsável pela formação da criança e do jovem. Pode-se dizer que essa responsabilidade não tem tempo determinado é infinito e continua. É importante que a família passe a conhecer a deficiência do filho, para saber orientá-lo dentro de suas necessidades.

A criança que tem alguma deficiência precisa conviver com a sociedade, e a escola é a melhor oportunidade de inserção na cultura, pelo espaço público, coletivo que a sala de aula proporciona, dessa forma a criança vai se adequando e aprendendo a lidar com suas necessidades, pois não é todo momento que a família está por perto, afim de ampará-lo.

3 METODOLOGIA

Para realização do presente estudo, optou-se pela pesquisa qualitativa, buscando analisar as respostas e falas dos participantes. Utilizou-se nessa pesquisa as respostas escritas dos entrevistados e as falas, o que permite conhecer as histórias dos professores, os sentimentos, dúvidas e outros fatores relacionados a pesquisa.



Nesse sentido, acreditamos que a abordagem qualitativa melhor corresponde aos interesses dessa pesquisa elaboração e execução deste trabalho, pois segundo Marconi e Lakatos (2002, p.15):

Pesquisar não é apenas procurar a verdade, é encontrar respostas para questões propostas utilizando método científico, ou seja, para uma pesquisa ser reconhecida como científica, a mesma, deve utilizar-se de ferramentas metodológicas e com rigor científico. Nesse sentido, destacamos a necessidade de seguir um método científico para alcançar os objetivos prescritos no projeto de pesquisa.

Nesta abordagem não basta somente registrar os resultados, é necessário também a interpretação e compreensão dos resultados, para que seja de fato reconhecido a verdadeira prática da pesquisa.

Na abordagem qualitativa, no trabalho de campo, será utilizada a técnica do grupo nominal estando amparada nos estudos qualitativos de acordo com Minayo e Deslandes (2012 p.21-22):

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Ao realizar a pesquisa, um universo de questões é organizado sobre o indivíduo dentro e fora da realidade social, desta forma toda produção humana, pode ser traduzido e interpretado muitas vezes pela pessoa que está sendo investigada.

Conhecer os participantes, ler as respostas dadas nas entrevistas, conhecer esses profissionais, o trabalho que desenvolvem como lidam no dia- a- dia com as crianças na instituição. E para conhecer melhor a realidade dos entrevistados, visitamos as salas de aula que tinham crianças especiais, para fazer uma análise e uma compreensão melhor de como os educadores desenvolvem seu trabalho e como veem a inclusão na educação matemática e inclusão.

Esta pesquisa ainda está em andamento, e participarão da investigação os professores das escolas municipais, localizadas na área Urbana, que lecionam na disciplina de Matemática nas séries do Ensino Fundamental I. O critério de inclusão será professores que tenham graduação em Matemática. Sendo critério de exclusão não ser professor com graduação e matemática, e não estar atuando em salas regulares com a disciplina de matemática

Para coletar os dados estaremos nas escolas, nos meses de abril e maio de 2025 na intenção de conhecer a instituição, os professores e a coordenação, nesta oportunidade discorreremos sobre o trabalho de pesquisa e de que forma gostaria que eles participassem.

O objetivo dessa visita além de conhecer a instituição, sua estrutura física, a acessibilidade, será também uma sondagem para formulação das questões da entrevista que serão realizadas com os professores de matemática.

O roteiro da entrevista será dividido por tópicos: 1) Projeto Político Pedagógico, Prática pedagógica



e desenvolvimento do currículo de matemática; 2) Formação continuada; 3) Ensino de Matemática; 4) acessibilidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta pesquisa ainda está em andamento, e participarão da investigação os professores das escolas municipais, localizadas na área Urbana, que lecionam na disciplina de Matemática nas séries do Ensino Fundamental I. O critério de inclusão será professores que tenham graduação em Matemática. Sendo critério de exclusão não ser professor com graduação em matemática, e não estar atuando em salas regulares com a disciplina de matemática

Para coletar os dados estaremos nas escolas, nos meses de abril e maio de 2025 na intenção de conhecer a instituição, os professores e a coordenação, nesta oportunidade discorreremos sobre o trabalho de pesquisa e de que forma gostaria que eles participassem.

O objetivo dessa visita além de conhecer a instituição, sua estrutura física, a acessibilidade, será também uma sondagem para formulação das questões da entrevista que serão realizadas com os professores de matemática.

O roteiro da entrevista será dividido por tópicos: 1) Projeto Político Pedagógico, Prática pedagógica e desenvolvimento do currículo de matemática; 2) Formação continuada; 3) Ensino de Matemática; 4) acessibilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo sobre educação matemática e inclusão teve como objetivo averiguar como está sendo desenvolvida a prática pedagógica, a adaptação do currículo na disciplina de matemática, conhecer as escolas de ensino fundamental, quantidade de alunos com deficiência nas salas, e formação dos docentes para atender essas as crianças.

A pesquisa será realizada com professores de matemática que atuam em escolas municipais. Os dados construídos acerca da educação matemática e inclusão nos evidenciam que a prática dos professores precisa ser inovada, os mesmos devem buscar novos saberes e práticas para atender o aluno com deficiência ou transtornos de aprendizagem.

Ainda é muito carente a formação que o professor recebe, deixando o mesmo com medo da inclusão, vendo a mesma como algo complicado ou quase impossível de ser realizada por ele. Santos (2014, 2022) descreve em suas pesquisas que alguns professores demonstram receio diante da inclusão, justamente pela falta de apoio e formação para trabalhar com o aluno atípico ou neurodivergente.

É evidente que esse trabalho foi realizado buscando alertar a necessidade de um olhar mais delicado sobre a inclusão na educação infantil, por serem os primeiros anos escolares da criança, onde a mesma



precisa de uma maior atenção, professores capacitados para lhe oferecer um atendimento de qualidade, que contribua com sua preparação para a vida.

Dessa forma concluímos que o papel da inclusão está além de aceitar as diferenças, tem início numa tomada de consciência por parte de quem está próximo das crianças: o educador, independente da faixa etária que atua. Este deve buscar subsídios que faça compreender a inclusão dentro de sua complexidade.



REFERÊNCIAS

BITTAR, M; SILVA, J.; MOTA, M. A. C. Formulação e implementação da política de educação infantil no Brasil. In: Educação infantil, política, formação e prática docente. Campo Grande, MS: UCDB, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, n.248, de 23 de dezembro de 1996.

_____. Resolução nº 01/2002 de 18 fev. 2002. Institui Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Ministério da Educação e Cultura, Conselho Nacional da Educação. Brasília: CP, 2002.

_____. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília, DF, 2014.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. Política nacional de educação infantil. Brasília, DF: MEC/SE, 2006.

_____. Lei nº 8069, 13 de julho de 1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 13 de julho de 1990.

_____. Lei 12796, 04 de abril de 2013 - estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 13 de julho de 2013.

_____. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília, DF, 7 jul. 2015.

_____. Parecer n. 04/2000, de 16 fev. 2000, que fixa as Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União. Brasília, de 06 de jun. 2000.

_____. Saberes e Práticas da Inclusão: Dificuldades Acentuadas de Aprendizagem: Deficiência Múltipla. 4. ed. ver. – Brasília: MEC. SEESP, 2006.

_____. Secretaria de Educação Especial. Educação Inclusiva: Documento Subsidiário à política de Inclusão. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

DEMO, Pedro. Conhecer e Aprender sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2000.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. Revista Brasileira de Educação. v.18, n.52, jan/mar,2013.

LIMA, Susana M. Cardoso da Costa. A SUESP hoje: realizando e tencionando. Ensaios pedagógicos - construindo escolas inclusivas: 1. ed. Brasília : MEC, SEESP, 2005.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como Fazer. 2. Ed-São Paulo: Moderna, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa. 5. ed.São Paulo: Atlas, 2002.



MINAYO, Maria Cecília de Sousa; DESLANDES, Suely Ferreira (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. ed. 22. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

MITLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003

MUNIZ, Marise. Educação Infantil como prioridade na administração pública. Presença Pedagógica. V.09. Nº 52 jul/ago. Belo Horizonte: Dimensão, 2003.

PIAGET, J. A equilibração das estruturas cognitivas: problema central de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SANTOS, Jusiany Pereira da Cunha dos. Os Desafios da Formação Docente na Aprendizagem dos Alunos com Surdez da Rede Municipal de Ji-Paraná/RO. 2014. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Rondônia, Rondônia, 2014.

SANTOS, J. P. C. Relações entre ensino de Ciências e Matemática e minorias sociais na Amazônia: Contribuições dos egressos da terceira turma da Reamec. 227f. Tese (doutorado em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal de Mato Grosso, Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Cuiabá/MT, 2022.

UNESCO. Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. 1990.

VEIGA, Márcia Moreira. A Inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil. Psicóloga, mestre em educação, Revista Paidéia, p.1 -28. 2008.

WEINBERG, Cybelle. Geração delivery adoecer no mundo atual. 2ª Ed. São Paulo: Sá Editora, 2001.